

A inclusão de mais 217 mil crianças no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, este ano, é a melhor notícia que temos às vésperas do décimo aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa notícia se torna ainda mais importante se levarmos em conta que, até dezembro, já serão 362 mil as crianças que trocaram instrumentos de trabalho pela escola.

Às vezes, por desconhecerem que o lugar da criança é na escola, outras vezes por necessidade de força de trabalho para ajudar no sustento da casa, muitas famílias, infelizmente, contribuem para esta triste tradição em nosso país. Eu me refiro ao trabalho perigoso, insalubre, penoso e degradante. Foi para combater este mal que criamos, em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O programa paga uma bolsa às famílias para compensar a renda que os filhos levavam para casa. As crianças precisam freqüentar regularmente a escola e a jornada ampliada – outra ação do Governo Federal, que oferece atividades esportivas, artísticas e culturais.

Os estados, os municípios e a sociedade são parceiros da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência, nessa tarefa de livrar as crianças do trabalho. E alguns municípios passaram a complementar os recursos da Bolsa Criança Cidadã. Os estados também podem fazer isso.

Nós também estamos implantando o Programa de Geração de Emprego e Renda para melhorar as condições de vida das famílias dessas crianças que deixam o trabalho e voltam para a sala de aula. Estamos

começando por Sergipe, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia, que foram os primeiros a aderir ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Outro programa da Secretaria de Assistência Social que eu quero destacar, às vésperas do décimo aniversário do Estatuto da Criança, é o de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Atualmente atendemos 20 mil crianças e adolescentes, em diversos estados.

Na medida em que a economia vai recuperando forças, nós vamos injetando mais recursos nos programas sociais. O orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social passou de 1 bilhão e 230 milhões de reais, em 97, para 3 bilhões de reais este ano.